

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL
DO MUNÍCIPIO DE TOMAR

1º Semestre 2018

Índice

1. Introdução.....	3
2. Âmbito da ação fiscalizadora	3
3. Situação económica e financeira	3
3.1 Observações.....	3
3.2 Execução Orçamental	4
3.3 Execução GOP	7
3.4 Resultados	8
3.5 Situação patrimonial	11
3.6 Dívida Bruta	13
4. Conclusões e considerações finais	16
5. Anexos.....	17

INFORMAÇÃO

1. Introdução

Em conformidade com o disposto na alínea d), n.º 2 do art.º 77.º da Lei N.º 73/2013 de 3 de Setembro (Lei de Finanças Locais), apresentamos informação sobre a situação económica e financeira do **município de Tomar**, relativa ao 1º semestre/2018.

2. Âmbito da ação fiscalizadora

As ações de acompanhamento da atividade do município, de fiscalização da gestão, bem como do cumprimento das normas legais e estatutárias, foram exercidas na qualidade de Revisor Oficial de Contas.

3. Situação económica e financeira

3.1 Observações

De salientar que estes resultados intercalares têm um carácter provisório, face à existência de custos registados na parte final dos exercícios que respeitam a todo o ano, sendo difícil a sua previsão e especialização. No entanto o sistema de informação do município de Tomar tem-se aperfeiçoado gradualmente no sentido de obter resultados periódicos aderentes à realidade, sendo que atualmente as contas apresentam um elevado nível de especialização e aderência à realidade.

As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos do município.

Dado que a Demonstração de Resultados pretende medir o desempenho da entidade em termos comparativos, efetuou-se o comparativo entre este 1º semestre de 2018 e o 1º semestre de 2017. Foi analisada ainda a execução orçamental e das grandes opções do plano relativo à execução do 1º Semestre de 2018 comparativamente com o período homólogo de 2017 (1º semestre).

Com respeito ao Balanço, uma vez que representa a situação patrimonial do município num determinado momento (é portanto um elemento estático), e tendo em conta que o último balanço aprovado é o do encerramento do ano (31/12/2017) utiliza-se este mesmo para efeitos de análise da sua evolução neste semestre.

3.2 Execução Orçamental

No que respeita à execução orçamental, constatou-se que o **município** registou, no 1º semestre, os seguintes graus de realização:

Execução do Orçamento - Junho 2018

Unid.: 1€

	[A]-Previsões / Dotações Corrigidas	[B]-Compromissos (Assumidos para o Exercício)	[C]-Realizada (Rec. Bruta / Desp. Paga Total)	Grau execução (%) C/A*100
Receita				
Corrente	24 950 726		10 532 732	42,21%
Capital	8 472 706		670 577	7,91%
Repos. Não Abat. Nos Pag.	15 000		1 214	8,09%
Total das Receitas	33 438 432		11 204 523	33,51%
Despesas				
Corrente	22 744 276	16 959 892	8 128 168	35,74%
Capital	13 787 883	8 208 739	2 395 446	17,37%
Total das Despesas	36 532 160	25 168 631	10 523 614	28,81%
Saldo	-3 093 728		680 909	s.s.
Utilização saldo gerência anos anter.	3 093 728		3 093 728	100,00%
Saldo Orçamental	0		3 774 636	s.s.

Execução do Orçamento - Junho 2017

Unid.: 1€

	[A]-Previsões / Dotações Corrigidas	[B]-Compromissos (Assumidos para o Exercício)	[C]-Realizada (Rec. Bruta / Desp. Paga Total)	Grau execução (%) C/A*100
Receita				
Corrente	30 792 601		10 189 959	33,09%
Capital	5 570 583		764 961	13,73%
Repos. Não Abat. Nos Pag.	15 000		15 114	100,76%
Total das Receitas	36 378 184		10 970 033	30,16%
Despesas				
Corrente	23 486 819	17 167 596	8 302 938	35,35%
Capital	16 179 771	6 812 993	2 659 002	16,43%
Total das Despesas	39 666 590	23 980 589	10 961 940	27,64%
Saldo	-3 288 406		8 093	s.s.
Utilização saldo gerência anos anter.	3 288 406		3 288 406	100,00%
Saldo Orçamental	0		3 296 499	s.s.

O grau de execução da receita corrente orçamental foi, no semestre em análise, 42,2% (33,1% no 1º semestre de 2017), o que em termos anuais, representa uma subida de 9,1%, sendo que a subida, comparativamente ao período homólogo de 2017 se deve, em especial, ao facto de em 2017 o montante

previsto para a receita corrente ter sido superior em 5,8 milhões de euros, pois a receita cobrada bruta teve um aumento de apenas 0,3 milhões de euros face a 30/06/2017.

Nas páginas 21 e 22, poderá ser consultada informação mais detalhada acerca da execução do orçamento.

Refira-se ainda que apesar de se registar um nível de execução superior existe uma fraca performance de algumas receitas, tais como a Derrama (executada a 7,25%, sendo que esta receita tradicionalmente tem a sua cobrança no 2º semestre), os Rendimentos da Propriedade (executado a 18,2%), as Outras Receitas Correntes (executadas a 12,6%) e as Vendas de Bens e Serviços Correntes (executada a 26,6%), sendo que um desempenho superior a 50% de algumas receitas tais como do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis (executado a 58,9%), o qual na sua maior parte recebido no mês de junho, do Imposto Municipal de Circulação (já executado a 55,5%) e em especial do IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões (executado a 127,0%) permite colmatar parcialmente baixo desempenho das receitas referidas no início. Tenha-se em atenção que o IMT é um imposto de carácter não regular, sendo gerado com a transmissão de imóveis, pelo que o seu desempenho no 2º semestre poderá não ser em linha com o desempenho verificado no 1º semestre.

A realização da despesa corrente situa-se nos 35,7% (no semestre homólogo de 2017, foi de 35,4%). Este grau de execução da despesa corrente é inferior ao da receita corrente, situando-se abaixo da mesma. Para tal contribuiu especialmente a taxa de execução da Aquisição de Bens e Serviços (28,9%), e dos Juros e Encargos (13,9%)

A receita de capital, situa-se nos 7,9% do previsto em termos anuais, valor significativamente inferior ao verificado no semestre homólogo do ano transato, que foi 13,7%, bastante abaixo dos 50% expectáveis. Em relação inversa ao sucedido com a receita corrente, neste caso a estimativa da receita de capital subiu, face a 30/06/2017, 2,9 milhões de euros, o que proporcionalmente resulta numa taxa de execução inferior, pois em termos de receita cobrada bruta a mesma em 2018 só desceu 94 mil euros. Parte deste desvio pode ser explicado pela baixa taxa de execução das verbas relacionadas com os Fundos Comunitários (1,4%) ainda não recebidas. De salientar o bom desempenho das Outras Receitas de Capital (516,0%).

A realização da despesa de capital apresenta um nível de execução ainda relativamente baixo, 17,4%, (16,4% no 1º semestre 2017), sendo superior ao grau de execução da receita de capital. Considerando o volume de compromisso já assumidos para o exercício (8,21 milhões de euros), poderemos estimar um nível de execução

moderado em termos anuais tendo em conta os estrangulamentos que afetam a economia portuguesa com especial relevo ao nível das Autarquias Locais, bem como em resultado do atraso na execução de algumas das obras em curso.

Parte da despesa de capital está a ser suportada por receita corrente e/ou pela utilização do saldo de gerência anterior, o que vai de ao encontro do princípio de equilíbrio financeiro do orçamento, em que receita corrente pode suportar despesa de capital, mas o inverso não pode ser verificado (receita de capital a suportar despesa corrente).

De referir que a continuar a verificar-se a tendência de cobrança de receita total (em 30/06/2018 é de 33,5%, no semestre homologado foi de 30,2%) estima-se uma execução anual na ordem dos 67,0%, valor inferior ao verificado em 31/12/2017 (80,6%), mas que poderá ter recuperação se aumentarem os recebimentos de fundos comunitários. No entanto estas taxas de execução, a manterem-se nesta linha, são ainda insuficientes para preencher os requisitos relativamente à taxa de execução de 85% prevista no n.º3 do artigo 56 da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, o que certamente levará a que a DGAL informe, entre outros, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais.

Para o orçamento de 2018 e em linha com as recomendações efetuadas em anos anteriores, o município procedeu à alteração do critério que vinha a ser seguido na classificação entre transferências correntes e de capital, em especial às Freguesias, sendo que atualmente, a maior parte das verbas previstas para estas entidades são de natureza corrente, 79,1%, sendo os restantes 20,9% de natureza de capital, situação inversa à verificada p. ex., em 2017 em que os pesos relativos eram respetivamente de 4,6% e 95,4%, sendo desta forma, em 2018, bastante mais aderente à finalidade efetiva das transferências e para o qual se espera que esta melhoria continue a verificar-se.

Importa ainda referir que é importante que seja feita prova por parte todos dos beneficiários das Transferências Correntes e de Capital, da aplicação das mesmas nos fins e prazos previstos, assim como do fornecimentos ao município de toda a documentação necessária aos processos de acompanhamento.

3.3 Execução GOP

No que respeita à execução das Grandes Opções do Plano, constituído pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelas Atividades Mais Relevantes (AMR) também conhecido por Plano Plurianual de Atividades (PPA), constatou-se que o **município** registou, no 1º semestre, os seguintes graus de realização, tendo por base os valores previsto para o ano de 2018:

Execução das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) - 1º Semestre 2017

Programas	Plano Plurianual de Investimentos			Atividades Mais Relevantes			Grandes Opções Plano (TOTAL)		
	Montante Previsto 2017	Montante Executado Anual ¹		Montante Previsto 2017	Montante Executado Anual ¹		Montante Previsto 2017	Montante Executado Semestre ¹	
	VALOR	VALOR	%	VALOR	VALOR	%	Valor	Valor	%
Instalações Municipais	695 000,00	7 404,59	1,07	0,00	0,00	0,00	695 000,00	7 404,59	1,07
Outros Edifícios - Admin. Autárquica	685 620,00	182 166,57	26,57	0,00	0,00	0,00	685 620,00	182 166,57	26,57
Aquisição Imóveis - Admin Autárquica	82 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82 000,00	0,00	0,00
Maquinaria e Equip. - Admin Autárquica	607 000,00	105 107,55	17,32	0,00	0,00	0,00	607 000,00	105 107,55	17,32
Equip. Transporte - Admin Autárquica	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500,00	0,00	0,00
Prot. Civil/Bombeiros Municipais	836 000,00	143 522,33	17,17	0,00	0,00	0,00	836 000,00	143 522,33	17,17
Construção Edifícios - Educação	501 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501 000,00	0,00	0,00
Educação Pré-Escolar - Maquin. Equip.	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00	0,00	0,00
Ensino Básico - Instalações	21 000,00	10 305,46	49,07	0,00	0,00	0,00	21 000,00	10 305,46	49,07
Ensino - Ações Diversas	0,00	0,00	0,00	480 000,00	266 697,25	55,56	480 000,00	266 697,25	55,56
Ensino - Subsídios	0,00	0,00	0,00	33 000,00	6 075,90	18,41	33 000,00	6 075,90	18,41
Habituação Const. E Recup. - Ação Social	850 000,00	8 831,40	1,04	0,00	0,00	0,00	850 000,00	8 831,40	1,04
Ação Social - Apoios Diversos	10 000,00	0,00	0,00	105 000,00	26 750,00	25,48	115 000,00	26 750,00	23,26
Ord. Território Planem. - Serv. Coletivos	1 491 000,00	38 425,20	2,58	0,00	0,00	0,00	1 491 000,00	38 425,20	2,58
Proteção Meio Ambiente	230 000,00	7 314,00	3,18	0,00	0,00	0,00	230 000,00	7 314,00	3,18
Proteção Meio Ambiente - Esp. Verdes	104 000,00	14 842,61	14,27	0,00	0,00	0,00	104 000,00	14 842,61	14,27
Proteção Meio Ambiente - P. natural	201 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201 000,00	0,00	0,00
Cultura - Museu/Cineteatro	65 000,00	2 029,89	3,12	6 000,00	0,00	0,00	71 000,00	2 029,89	2,86
Cultura - Biblioteca Municipal	83 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83 000,00	0,00	0,00
Desporto Recreio e Lazer	1 137 000,00	114 954,73	10,11	0,00	0,00	0,00	1 137 000,00	114 954,73	10,11
Cultura - Outras Ações	1 085 137,00	54 243,90	5,00	92 500,00	276,75	0,30	1 177 637,00	54 520,65	4,63
Iluminação Pública	61 000,00	4 407,24	7,22	0,00	0,00	0,00	61 000,00	4 407,24	7,22
Transp. Rodov. - Const. Rede Viária	1 627 500,00	211 112,10	12,97	0,00	0,00	0,00	1 627 500,00	211 112,10	12,97
Transp. Rodov. - Const. Pontes e Pontões	195 000,00	73 655,34	37,77	0,00	0,00	0,00	195 000,00	73 655,34	37,77
Transp. Rodov. - Const. Recont. Muros	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00
Transp. Rodov. - Const. Parques Estacion.	270 688,00	54 193,81	20,02	27 438,00	0,00	0,00	298 126,00	54 193,81	18,18
Transp. Rodov. - Sinalização e Trânsito	100 000,00	32 842,02	32,84	0,00	0,00	0,00	100 000,00	32 842,02	32,84
Mercados e Feiras	250 000,00	6 294,08	2,52	200 000,00	44 307,80	22,15	450 000,00	50 601,88	11,24
Turismo	180 000,00	2 379,37	1,32	765 000,00	35 122,39	4,59	945 000,00	37 501,76	3,97
Outras Funções Económicas	350 000,00	2 400,00	0,69	21 000,00	0,00	0,00	371 000,00	2 400,00	0,65
Admin. Autárquica - Trf's entre Administ.	0,00	0,00	0,00	1 526 000,00	547 398,87	35,87	1 526 000,00	547 398,87	35,87
Transfêrencias diversas	0,00	0,00	0,00	1 369 126,00	456 195,77	33,32	1 369 126,00	456 195,77	33,32
Locação Financeira	48 500,00	22 512,83	46,42	0,00	0,00	0,00	48 500,00	22 512,83	46,42
TOTAIS	11 771 945,00	1 098 945,02	9,34	4 625 064,00	1 382 824,73	29,90	16 397 009,00	2 481 769,75	15,14

Nota 1 - Os montantes indicados no quadro só se referem aos valores do período em análise

Execução das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) - 1º Semestre 2018

Programas	Plano Plurianual de Investimentos			Actividades Mais Relevantes			Grandes Opções Plano (TOTAL)		
	Montante Previsto 2018	Montante Executado Anual ¹		Montante Previsto 2018	Montante Executado Anual ¹		Montante Previsto 2018	Montante Executado Semestre ¹	
	VALOR	VALOR	%	VALOR	VALOR	%	Valor	Valor	%
Habituação	960 865,00	132 160,23	13,75	0,00	0,00	0,00	960 865,00	132 160,23	13,75
Solidariedade	10 000,00	0,00	0,00	63 200,00	29 700,00	46,99	73 200,00	29 700,00	40,57
Educação, Cultura e Desporto	3 544 866,00	54 096,01	1,53	1 345 650,00	614 618,57	45,67	4 890 516,00	668 714,58	13,67
Regeneração Urbana	4 328 404,00	319 207,38	7,37	1 639 840,00	263 345,62	16,06	5 968 244,00	582 553,00	9,76
Património	831 865,00	481 897,41	57,93	47 700,00	11 070,00	23,21	879 565,00	492 967,41	56,05
Turismo	136 000,00	5 334,57	3,92	933 100,00	225 615,49	24,18	1 069 100,00	230 950,06	21,60
Economia Local	79 200,00	553,50	0,70	169 338,52	43 431,53	25,65	248 538,52	43 985,03	17,70
Prevenção e Intervenção Incêndios	262 000,00	173 661,16	66,28	221 000,00	65 826,00	29,79	483 000,00	239 487,16	49,58
Transporte de doentes	82 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82 000,00	0,00	0,00
Planeamento e Gestão Orçamental	73 300,00	22 769,95	31,06	329 594,50	164 797,23	50,00	402 894,50	187 567,18	46,55
Estrutura (Processos Internos)	517 677,00	125 692,63	24,28	316 012,00	81 295,88	25,73	833 689,00	206 988,51	24,83
TOTAIS	10 826 177,00	1 315 372,84	12,15	5 065 435,02	1 499 700,32	29,61	15 891 612,02	2 815 073,16	17,71

Nota 1 - Os montantes indicados no quadro só se referem aos valores do período em análise

De referir que em 2018 ocorreu a reorganização dos programas das GOP, tendo passado de cerca de 43 (nem todas a ser utilizadas) para 11.

As GOP apresentaram, em termos globais, um grau de execução total relativamente baixo de 17,7% neste semestre (15,1% em 30/06/2017), 12,1% no PPI (9,3% no 1º semestre 2017) e 29,6% no AMR (29,9% no 1º semestre de 2017), que apresentam comportamentos diferenciados, com a execução do PPI a ser superior e a execução das AMR a ser ligeiramente inferior, o que, face aos estrangulamentos que afetam as Autarquias Locais, provavelmente se manterá em termos anuais, em resultado da baixa taxa de execução do orçamento da despesa, que no total, em 30/06/2018 se situou em 28,8% (27,6% em 30/06/2017).

3.4 Resultados

Antes de proceder à análise dos Resultados de 30/06/2018 importa referir que não estavam disponíveis, à data da preparação das contas semestrais do município a previsão dos resultados semestrais dos SMAS, que em 30/06/2017 se estimava em -532 milhares de euros, não se tendo procedido ao registo de qualquer estimativa em 30/06/2018. Desta forma o Resultado de 30/06/2018 não é totalmente comparável com o de 30/06/2017. A título informativo o Resultado Líquido dos SMAS em 31/12/2017 foi de -239 milhares de euros.

A análise da Demonstração de Resultados do 1º semestre/2018 revela uma evolução favorável de + 561 milhares de euros (+75,5%) no Resultado Operacional, decorrente de em 2017 ter passado de um

montante de 743 milhares de euros negativos, para o valor de 182 milhares de euros negativos no 1º semestre de 2018.

Para esta evolução contribuiu particularmente, nos proveitos operacionais, (+713 milhares de euros que em 2017) o desempenho ao nível:

- da cobrança de impostos e taxas com + 704 mil euros, explicado maioritariamente por:
 - Aumento do IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões de Imóveis em 609 milhares de euros. Importa referir que a receita do IMT não tem carácter regular, sendo gerado/devido quando existem transmissões de imóveis, pelo que não existe garante que o desempenho seja similar;
 - Aumento da estimativa da Derrama em 194 milhares de euros;
 - Diminuição dos Loteamentos e Obras em -90 milhares de euros.

Por seu lado nos custos operacionais verificou-se um aumento de cerca de 152 milhares de euros.

Face à evolução dos Proveitos e Custos Operacionais, o Resultado Líquido registou um acréscimo, passando de 537 milhares negativos, para os 1 093 milhares de euros positivos atuais. Este acréscimo explica-se também por melhor desempenho dos Resultados Extraordinários que passaram de 7 milhares positivos (em 30/06/2017) para 618 milhares positivos no 1º semestre de 2018 (+8149,0%), evolução esta que também foi acompanhada por uma melhor performance dos Resultados Financeiros que, passaram de 198 milhares de euros positivos no 1º semestre 2017, para 656 milhares de euros positivos no semestre atual (+231,9%).

Uma análise mais pormenorizada permite explicar esta evolução dos resultados líquidos com base na evolução, comparativamente ao 1º semestre de 2017, das seguintes rubricas:

- Diminuição da rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas em 163 milhares de euros, por via da diminuição do consumo de Materiais diversos em - 131 milhares de euros maioritariamente aplicados em obras de administração direta e redução do consumo de Combustível em - 29 milhares de euros. Adicionalmente importa referir que a entidade ainda não procede ao apuramento e consequente registo no imobilizado das obras de efetuadas por administração direta, resultando uma subvalorização igual ao montante das obras executadas do resultado do período, sendo no entanto expectável que ainda em 2018 venha a ser possível fazer um apuramento, ainda que parcial destas obras para seu reconhecimento no final do exercício;

- Estabilização dos Fornecimentos e Serviços Externos com um aumento de apenas 7 milhares de euros, tendo no entanto existido algumas variações nas suas rubricas, de onde se destaca:

- Descida dos gastos com gás (- 30 milhares de euros);
- Aumento dos gastos de água (+ 85 milhares de euros);
- Diminuição das rendas e alugueres (- 73 milhares de euros);
- Aumento dos outros trabalhos especializados (+ 37 milhares de euros);
- Aumento dos trabalhos especializados em + 166 milhares de euros, sendo parcialmente compensado pela diminuição dos outros fornecimentos e serviços em – 121 milhares de euros;

- Aumento das Transferências Correntes (+ 299 milhares de euros), resultando principalmente da reclassificação pelo município das transferências e seu tipo (corrente ou de capital) a efetuar para as freguesias, sendo atualmente mais aderente à finalidade para as quais as transferências eram efetuadas. Este aumento resulta na descida das Transferências de Capital, onde o valor orçamentado reduziu bastante.

- Diminuição dos custos com o Pessoal em 114 milhares de euros (reduziu em 53 milhares de euros se comparado com 50% do montante registado em 31/12/2017), sendo maioritariamente explicado por ter terminado no final de 2017 o processamento opção gestionária.

- Aumento das Amortizações do Exercício em 106 milhares de euros, essencialmente relacionada com a passagem de imobilizado em curso para firme no decorrer do 2º semestre de 2017 e à estimativa dos bens que passaram a firme neste 1º semestre de 2018;

- Diminuição dos Custos e Perdas Financeiras (-538 milhares de euros), que como já foi referido, é essencialmente devido a não ter sido registada qualquer estimativa do resultado semestral dos SMAS, enquanto que em 30/06/2017 a estimativa registada foi de -534 milhares de euros;

- Diminuição dos Custos e Perdas Extraordinários de -619 milhares de euros, devido principalmente:

- Diminuição das Transferências de Capital para as freguesias em 604 milhares de euros. Esta redução deriva essencialmente da alteração de política do município para 2018 em que passou a orçamentar cerca de 79% das verbas a transferir para as freguesias como sendo transferências correntes e cerca de 21% como sendo transferências de capital, em 2017 a situação verifica era a inversa de cerca de 5% para corrente e 95% para capital.

O município nunca adotou a prática de movimentar a conta 75 (trabalhos para a própria entidade) e de registar no imobilizado as obras efetuadas por administração direta. **O não registo destas obras, constitui uma incorreção contabilística dado estar a prejudicar o desempenho económico do período por subavaliação dos proveitos no montante das obras e omissão das amortizações respetivas.**

Os serviços encontram-se a implementar, a contabilidade de custos que deverá permitir o apuramento destes montantes para posterior registo, além de providenciar outra informação, **pelo que urge ultimar a implementação da mesma, esperando-se que ainda em 2018 possam ser obtidos alguns dados, ainda que parciais.**

Em termos de estrutura das despesas operacionais pagas (excluem-se as Amortizações e Provisões), a despesa mais representativa continua a ser os Custos com Pessoal, com 55,32% (58,33% em 2017), enquanto os Fornecimentos e Serviços Externos, representam 31,21% nos custos totais operacionais, valor também próximo ao de 2017 (31,97%).

Com esta evolução o VAB do município registou um aumento de 9,4%, assim, no semestre em análise, o VAB foi de 6 595 milhares de euros, face a 6 026 milhares de euros (1º semestre de 2017).

De referir que a independência financeira do município, medida pelo rácio Receitas Próprias/Receitas Totais (considerou-se a receita cobrada bruta), deteriorou-se ligeiramente, ainda que se mantenha acima da fasquia dos 50% (60,2% no 1º semestre de 2017, para 57,6%, no 1º semestre de 2018).

3.5 Situação patrimonial

O Ativo do município de Tomar apresenta o valor total de 115 935 milhares de euros, (116 986 milhares de euros em 31/12/2017), em que o Ativo Fixo (Imobilizado) continua a ser a componente mais importante, registando o montante de 102 574 milhares de euros (88,5% do Ativo Total).

As principais alterações no Ativo Fixo deveram-se ao registo da estimativa das amortizações do exercício, 2 385 milhares de euros, das aquisições efetuadas, e à diminuição do montante subscrito do Fundo de Apoio Municipal (FAM) em 365 milhares de euros, em resultado do estipulado no OE2018 e respetivas Notas de Crédito emitidas pelo FAM.

Verifica-se ainda o aumento das disponibilidades em 783 milhares de euros, e o aumento de 169 milhares de euros relativos a acréscimos e diferimentos.

Existem dívidas no montante aproximado a 1 milhão de euros, de Entidades Públicas com antiguidade elevada (Direção Nacional da PSP e Autoridade Nacional da Proteção Civil) sem que esteja efetuado qualquer ajustamento àquelas dívidas (por imposição do previsto no POCAL, que não permite o provisionamento de dívidas de entidades públicas), não sendo possível efetuar qualquer estimativa sobre a sua cobrabilidade.

Ainda relativamente às dívidas a receber está a ser efetuado trabalho de análise da mesmas, tendo como principal intuito uma futura integração na aplicação AIRC de todos os módulos de faturação que não são propriedade da AIRC, existindo expectativa que tal seja possível, até pelas indicações dadas pela própria AIRC, em 2019 quando serão colocados em funcionamento os novos módulos já adaptados para o SNC-AP que deverá ser adotado a partir de 01/01/2019, salvo indicação em contrário até essa data por parte das entidades oficiais.

No lado das Origens de Fundos, o total dos Fundos Patrimoniais é 58 541 milhares de euros (57 448 milhares de euros em 31/12/2017), representando 50,5% do Total do Ativo (49,1% em 31/12/2017).

As principais alterações registadas nos Fundos Próprios, no 1.º semestre de 2018, referem-se a:

- Estimativa de resultados 1º semestre de 2018, +1 093 milhares de euros;
- Aplicação de resultados do ano de 2017, por transferência para a rubrica de Resultados Transitados de 1 072 milhares de euros e para reservas legais 56 milhares de euros (sem impacto no valor líquido da Rubrica de Fundos Próprios);

Na outra componente das Origens de Fundos, o Passivo, merecem referência as Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo relativamente a empréstimos, ou equivalentes, e ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), as quais registam um decréscimo face a 31/12/2017. Em 30 de Junho de 2018 apresentavam o montante de 13 498 milhares de euros, tendo registado uma diminuição de 1 570 milhares de euros em relação a 31/12/2017 (só considerando a componente de Médio Longo Prazo dos Empréstimos, ou equivalentes e FAM).

A dívida relativa ao FAM, desde que não haja atraso no pagamento das prestações semestrais, não releva para efeitos da dívida bruta. Salienta-se novamente que derivado do previsto no OE2018 a dívida ao FAM,

a partir de 2018 reduziu em 365 milhares de euros, em virtude da diminuição do montante subscrito inicialmente nesta mesma proporção.

Existiu ainda a diminuição das outras dívidas a terceiros e fornecedores de curto prazo, no líquido, de 648 milhares de euros.

É de evidenciar o aumento do fundo de maneo que reflete, em parte, a evolução favorável do resultado do exercício, este passou de +1 220 milhares de euros em 31/12/2017, para +2 385 milhares de euros, neste semestre.

Não estão refletidos nas contas da autarquia os efeitos decorrentes da liquidação da empresa Tomar Polis, SA, cuja liquidação se encontra em fase de ultimação, mas com efeitos que, embora não consigamos quantificar, estimamos materialmente relevantes.

Nos indicadores de funcionamento há a referir a ligeira subida do prazo médio de pagamentos, de 160 dias em 31/12/2017 para 162 dias em 30/06/2018 (indicador calculado de forma diferente das entidades oficiais), enquanto a liquidez geral aumentou de 111,0% para 121,7%, comparativamente a 31/12/2017.

Decorrente do processo de preparação para a introdução/adoção do SNC-AP a partir de 01/01/2019 (salvo indicação contrária entretanto por parte das entidades oficiais), é possível que no 2º semestre de 2018 venham a ser registadas algumas reclassificações/regularizações com vista a um processo de transição mais fluído e com o menor número possível de anomalias.

3.6 Dívida Bruta

A atual Lei das Finanças Locais, a Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, introduziu uma nova forma de apurar o endividamento dos municípios. Este apuramento denomina-se de Dívida Bruta, e para além de englobar a dívida individual do município, acresce-lhe ainda, mediante certos critérios estabelecidos na Lei, a dívida de entidades detidas pelo município.

A Lei estabelece que o limite da Dívida Bruta se apura multiplicando por 1,5 a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 anos anteriores. A DGAL já publicou o limite de cada município para o ano de 2018.

Verificam-se as seguintes grandes alterações no apuramento individual da Dívida Bruta do município, em relação ao anterior apuramento do Endividamento Líquido:

- Revela para o apuramento a totalidade do montante dos empréstimos (ou qualquer outra forma de financiamento em instituições financeiras), independentemente da sua génese (havendo um regime transitório para os casos em que os municípios entrem em incumprimento do limite devido somente ao montante dos empréstimos que estavam excecionados pela anterior Lei);
- Deixam de ser considerados quaisquer montantes de Acréscimos e Diferimentos, assim como dos Investimentos Financeiros;
- Em termos de dívida a terceiros e dos terceiros para com o município, apenas são relevadas as dívidas credoras, ou seja as dívidas a pagar pelo município, não lhe sendo "deduzido" qualquer montante das dívidas a receber (devedoras). A estes montantes credores são, no entanto, deduzidas as operações de tesouraria, nas quais o município serve apenas de intermediário.

A atual Lei das Finanças Locais, a Lei n.º 73/2013, ampliou, consideravelmente, o perímetro das entidades (detidas e participadas) que relevam através da sua contribuição para efeitos de determinação da Dívida Bruta Total do município.

Nos quadros abaixo ilustra-se a posição atual do município em 30/06/2018:

Dívida Bruta Total (LFL atual)

Unid.: 1€

	[A]-Limite para 2018	[B]-Dívida Bruta Município 30/06/18	[C]-Dívida Bruta Participadas 30/06/18	[D]=[A-B-C]=Margem Absoluta	
				Valor	% = [1-(D/A)]x100
Dívida Bruta (apurado de forma idêntica SIAL)	39 979 968	19 750 287	1 875 104	18 354 578	45,91%
Dívida Bruta Ajustada (*)	39 979 968	21 576 964	1 875 104	16 527 900	41,34%

Margem Disponível (LFL atual)

Unid.: 1€

	[A]-Margem Bruta	[B]-Margem Utilizável	Variação da Margem Utilizável	
			[C]-Variação	% = [1-(B/A)]x100
Margens apuradas de acordo com os critérios SIAL				
Margem em 01/01/2018	16 452 438	3 290 488	n.a.	n.a.
Margem em 30/06/2018 (Conforme SIAL)	18 354 578	5 192 627	1 902 140	57,81%

É notório nos quadros acima que o município de Tomar, conseguiu melhorar a margem bruta em 1 902 milhares de euros, (no início do período a margem bruta era de 16 452 milhares de euros passando para 18 354 milhares euros em 30 de Junho). A margem utilizável, subiu de 3 290 milhares de euros para 5 193 milhares de euros.

De referir que nem todas as participadas comunicaram a sua dívida total em 30/06/2018 ao Município, apesar da insistência do município, de forma a este poder fazer o seu reporte e ser englobado na Dívida Bruta Total.

As entidades que não reportaram a sua Dívida Bruta ao município deverão continuar a ser alertadas para a necessidade de reportarem a sua Dívida Bruta, inclusive dos trimestres anteriores, e que o seu não cumprimento pode originar consequências.

De salientar que desde 2017 a questão que vinha a ser colocada em relação ao reconhecimento para efeitos de contribuição para a Dívida Bruta por parte da Resitejo, já se encontra sanada, na medida de que fruto da análise de novos esclarecimentos/elementos obtidos o entendimento geral aceite é o do reconhecimento da dívida da Resitejo numa base de 100% repartida proporcionalmente pelos municípios que participam na entidade (de referir que o município de Tomar já efetuava o reporte nestes moldes).


Pelas razões antes indicadas o apuramento da dívida bruta tem carácter provisório, quer derivado do facto de nem todas as entidades participadas terem respondido, quer dos dados reportados por algumas das entidades ainda serem provisórios.

4. Conclusões e considerações finais

Face aos valores apresentados para este 1º semestre de 2018, o Município de Tomar, tendo em conta a especificidade da sua atividade, regista neste semestre um desempenho económico superior comparativamente ao semestre homólogo, com ressalva para o baixo grau de execução orçamental do 1.º semestre de 2018. De salientar ainda o ligeiro aumento da dependência do Estado Central em termos de receitas efetivamente cobradas, dado que no 1º semestre de 2018, 42,4% das suas receitas têm essa origem, enquanto em 30/06/2017 representavam 39,8%.

Entroncamento, 26 de setembro de 2018

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.


Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)

5. Anexos

Município de Tomar

BALANÇO SINTÉTICO
(Idêntico ao Oficial)

Unid.:Euro

ANO: 2018

CÓD.CONTAS(POC)		31-12-2017		30-06-2018		VARIAÇÃO	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	ACTIVO						
45	Bens Dominio Público	26 718 035	22,8%	25 582 983	22,1%	-1 135 052	-4,2%
43	Imobilizações incorpóreas	1 091 104	0,9%	868 125	0,7%	-222 979	-20,4%
42	Imobilizações corpóreas	67 984 469	58,1%	67 626 506	58,3%	-357 962	-0,5%
41	Investimentos financeiros	8 861 394	7,6%	8 496 081	7,3%	-365 313	-4,1%
	Dívidas de terc. m/l prazo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	ACTIVO FIXO	104 655 002	89,5%	102 573 696	88,5%	-2 081 307	-2,0%
32-39	Existências	66 394	0,1%	106 398	0,1%	40 004	60,3%
	Dívidas de terc. c/ prazo					0	0,0%
21	-Clientes	919 385	0,8%	1 019 329	0,9%	99 944	10,9%
22+24+25+26+28	-O. div. de terc. c/p	2 128 706	1,8%	2 066 796	1,8%	-61 910	-2,9%
11+12+13+15+18+19	Disponibilidades	3 292 624	2,8%	4 075 432	3,5%	782 808	23,8%
271+272	Acréscimos e diferimentos	5 924 200	5,1%	6 093 068	5,3%	168 868	2,9%
	ACTIVO CIRCULANTE	12 331 309	10,5%	13 361 022	11,5%	1 029 713	8,4%
	TOTAL DO ACTIVO	116 986 312	100,0%	115 934 718	100,0%	-1 051 594	-0,9%
	FUNDOS PATRI. E PASSIVO						
51	Património	33 448 184	28,6%	33 448 184	28,9%	0	0,0%
55	Ajust. Partes Capital em Emp.	650 851	0,6%	650 851	0,6%	0	0,0%
56-57	Reservas	1 906 696	1,6%	1 963 132	1,7%	56 436	3,0%
59	Result. Transitados	20 313 927	17,4%	21 386 214	18,4%	1 072 288	5,3%
88	Resultados líquidos	1 128 724	1,0%	1 092 613	0,9%	-36 111	-3,2%
89	Dividendos antecipados	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	TOTAL FUNDOS PATRIM.	57 448 381	49,1%	58 540 994	50,5%	1 092 613	1,9%
23+25+26	Dívidas a terc. m/l prazo	16 966 956	14,5%	15 399 405	13,3%	-1 567 551	-9,2%
	CAPITAIS PERMANENTES	74 415 338	63,6%	73 940 399	63,8%	-474 938	-0,6%
29	Provisões p/ riscos e encargos	498 211	0,4%	498 211	0,4%	0	0,0%
	Dívidas a terc. c/p						
22	-Fornecedores	2 802 260	2,4%	2 477 638	2,1%	-324 621	-11,6%
21+23+24+25+26	-O. div. a terc. c/p	2 663 467	2,3%	2 338 351	2,0%	-325 117	-12,2%
273+274	Acréscimos e diferimentos	36 607 036	31,3%	36 680 119	31,6%	73 083	0,2%
	PASSIVO C/ PRAZO	42 570 974	36,4%	41 994 319	36,2%	-576 655	-1,4%
	FUNDOS PATRIM. + PASSIVO	116 986 312	100,0%	115 934 718	100,0%	-1 051 594	-0,9%

BALANÇO SINTÉTICO (2)
(Usado para Cálculos e Comparativos)

Unid.:Euro

ANO: 30-06-2018

CÓD. CONTAS(POC)		31-12-2017		30-06-2018		VARIAÇÃO	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	ACTIVO						
45	Bens Dominio Público	26 718 035	22,8%	25 582 983	22,1%	-1 135 052	-4,2%
43	Imobilizações incorpóreas	1 091 104	0,9%	868 125	0,7%	-222 979	-20,4%
42	Imobilizações corpóreas	67 984 469	58,1%	67 626 506	58,3%	-357 962	-0,5%
41	Investimentos financeiros	8 861 394	7,6%	8 496 081	7,3%	-365 313	-4,1%
	Dívidas de terc. m/l prazo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	ACTIVO FIXO	104 655 002	89,5%	102 573 696	88,5%	-2 081 307	-2,0%
32-39	Existências	66 394	0,1%	106 398	0,1%	40 004	60,3%
	Dívidas de terc. c/ prazo					0	0,0%
21	-Clientes	919 385	0,8%	1 019 329	0,9%	99 944	10,9%
22+24+25+26+28	-O. div. de terc. c/p	2 128 706	1,8%	2 066 796	1,8%	-61 910	-2,9%
11+12+13+15+18+19	Disponibilidades	3 292 624	2,8%	4 075 432	3,5%	782 808	23,8%
271+272	Acréscimos e diferimentos	5 924 200	5,1%	6 093 068	5,3%	168 868	2,9%
	ACTIVO CIRCULANTE	12 331 309	10,5%	13 361 022	11,5%	1 029 713	8,4%
	TOTAL DO ACTIVO	116 986 312	100,0%	115 934 718	100,0%	-1 051 594	-0,9%
	FUNDOS PATRI. E PASSIVO						
51	Património	33 448 184	28,6%	33 448 184	28,9%	0	0,0%
55	Ajust. Partes Capital em Emp.	650 851	0,6%	650 851	0,6%	0	0,0%
56-57	Reservas	1 906 696	1,6%	1 963 132	1,7%	56 436	3,0%
59	Result. Transitados	20 313 927	17,4%	21 386 214	18,4%	1 072 288	5,3%
88	Resultados líquidos	1 128 724	1,0%	1 092 613	0,9%	-36 111	-3,2%
	TOTAL FUNDOS PATRIM.	57 448 381	49,1%	58 540 994	50,5%	1 092 613	1,9%
23	Empréstimos m/l prazo	6 736 873	5,8%	5 784 031	5,0%	-952 842	-14,1%
26	Outros Credores m/l prazo	8 330 687	7,1%	7 713 882	6,7%	-616 805	-7,4%
2745	Subs. Investimentos M/L Prazo	33 359 004	28,5%	32 919 586	28,4%	-439 417	-1,3%
	CAPITAIS PERMANENTES	105 874 945	90,5%	104 958 493	90,5%	-916 452	-0,9%
29	Provisões p/ riscos e encargos	498 211	0,4%	498 211	0,4%	0	0,0%
	Dívidas a terc. c/p						
22	-Fornecedores	2 802 260	2,4%	2 477 638	2,1%	-324 621	-11,6%
21+23+24+25+26	-O. div. a terc. c/p	4 562 863	3,9%	4 239 843	3,7%	-323 020	-7,1%
273+274	Acréscimos e diferimentos	3 248 032	2,8%	3 760 532	3,2%	512 500	15,8%
	PASSIVO C/ PRAZO	10 613 155	9,1%	10 478 014	9,0%	-135 142	-1,3%
	FUNDOS PATRIM. + PASSIVO	116 986 312	100,0%	115 934 718	100,0%	-1 051 594	-0,9%

NOTA - O Balanço acima ilustrado, em termos totais, é comparável com o "normal" do município, contudo internamente algumas componentes não o são na totalidade, pois consideram-se alguns pressupostos diferentes:

- Procedeu-se à transferência do saldo dos subsídios ao investimento para os Capitais Permanentes, deixando somente no passivo de curto prazo o valor respeitante a 12 meses. Uma vez que os valores registados em Subsídios ao Investimento não são dívida a pagar efetiva, este procedimento visa retirar o impacto destes no passivo de Curto Prazo, assim como tomar os rácios que envolvem os capitais permanentes mais fiéis à essência que envolve os subsídios ao investimento
- Procedeu-se ao registo no passivo de curto prazo do montante de capital a amortizar nos próximos 12 meses, dos empréstimos de médio/longo prazo que foram contratados/contradidos pela entidade. Este procedimento efetua-se pois será este o montante que irá ser necessário suportar nos próximos 12 meses pela tesouraria em termos de pagamento (dívida de curto prazo). Tenha-se em atenção, contudo, que na essência os empréstimos continuam a considerar-se na totalidade como sendo de médio/longo prazo, e é assim que deverão continuar a ser reportados às entidades oficiais.
- Procedeu-se ao registo, no passivo de curto prazo do montante de capital a amortizar nos próximos 12 meses do FAM (Fundo de Apoio Municipal), e refletindo no passivo de médio/longo prazo o montante a pagar posteriormente, tal procedimento visa proporcionar uma melhor comparabilidade entre os dois períodos em análise.

Município de Tomar

ANO: 30-06-2018

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid.: Euros

COD	RÚBRICAS	30-06-2017		30-06-2018		VARIAÇÃO	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	VENDAS E PRES. SERVIÇO	648 814,81	6,7%	664 099,16	6,4%	15 284,35	2,4%
72	IMPOSTOS TAXAS E OUTROS	2 983 115,87	30,8%	3 687 521,32	35,5%	704 405,45	23,6%
75	TRAB. PRO. EMP.	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
		0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
	SUBTOTAL	3 631 930,68	37,6%	4 351 620,48	41,9%	719 689,80	19,8%
73	PROVEITOS SUPLEMENT.	80 241,23	0,8%	107 948,21	1,0%	27 706,98	34,5%
74	TRANS. SUB. COR. OBT.	5 959 037,47	61,6%	5 924 159,02	57,1%	-34 878,45	-0,6%
76	O. PROV. OPER.	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
77	REVER. AMORT. AJUST.	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
	TOTAL PROV.OP.	9 671 209,38	100,0%	10 383 727,71	100,0%	712 518,33	7,4%
61	C.M.V.e M.C.	519 879,06	5,4%	357 282,85	3,4%	-162 596,21	-31,3%
	MARGEM BRUTA	3 112 051,62	32,2%	3 994 337,63	38,5%	882 286,01	28,4%
62	FORNEC.E SERV. EXT.	2 434 476,89	25,2%	2 441 286,43	23,5%	6 809,54	0,3%
63	TRANS. COR. CONC. PRES	691 000,00	7,1%	990 386,42	9,5%	299 386,42	43,3%
64	CUSTOS C/ PESSOAL	4 441 747,74	45,9%	4 328 043,43	41,7%	-113 704,31	-2,6%
65	O. CUSTOS OPER.	47 613,84	0,5%	63 298,36	0,6%	15 684,52	32,9%
66	AMORT. AJUST. EXERC.	2 279 055,32	23,6%	2 385 214,89	23,0%	106 159,57	4,7%
67	PROVISÕES EXERC.	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
	TOTAL CUSTOS OP.	10 413 772,85	107,7%	10 565 512,38	101,8%	151 739,53	1,5%
	RESULTADOS OP.	-742 563,47	-7,7%	-181 784,67	-1,8%	560 778,80	75,5%
78	PROV E G. FINANC.	786 552,17	8,1%	706 785,95	6,8%	-79 766,22	-10,1%
68	CUSTOS E P. FINANC.	588 813,95	6,1%	50 406,14	0,5%	-538 407,81	-91,4%
	RESULT.FINANC.	197 738,22	2,0%	656 379,81	6,3%	458 641,59	231,9%
	RESULT.CORRENTES	-544 825,25	-5,6%	474 595,14	4,6%	1 019 420,39	187,1%
79	PROV. E G. EXT.	817 675,41	8,5%	809 599,27	7,8%	-8 076,14	-1,0%
69	CUSTOS E P. EXT.	810 183,39	8,4%	191 581,74	1,8%	-618 601,65	-76,4%
	RESULT.EXTRAORD.	7 492,02	0,1%	618 017,53	6,0%	610 525,51	8149,0%
	RESULT.ANTES IMP.	-537 333,23	-5,6%	1 092 612,67	10,5%	1 629 945,90	303,3%
86	IMPOSTO S/ REND.	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
88	RESULT LIQ EXERC	-537 333,23	-5,6%	1 092 612,67	10,5%	1 629 945,90	303,3%

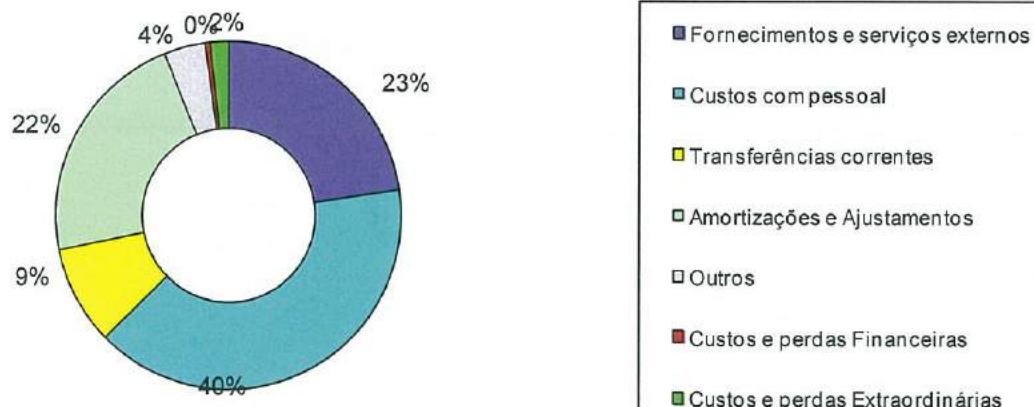
Execução orçamental
Junho 2018

	Previsão/Dotação Corrigida (1)	Compromissos só para o Exercício (2)	Cobrada Bruta /Paga Total (3)	Comp. Por Pagar (4)	Grau exec. [(3/1)x100]
Receitas correntes					
Imposto municipal sobre imóveis	3 342 994,00		1 968 697,41		58,89%
Imposto único de circulação	847 716,00		470 571,89		55,51%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	850 219,00		1 079 666,11		126,99%
Derrama	638 717,00		46 333,95		7,25%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	6 794 036,00		3 397 014,00		50,00%
Fundo Social Municipal	773 316,00		386 658,00		50,00%
Participação fixa no IRS	1 470 062,00		735 030,00		50,00%
Rendimentos da propriedade	2 012 200,00		365 875,49		18,18%
Loteamentos e Obras	250 000,00		27 744,61		11,10%
Outras transferências do Estado	2 841 385,00		1 011 356,22		35,59%
Vendas Bens e Serviços Correntes	2 847 779,00		756 855,41		26,58%
Outras receitas correntes	2 282 302,00		286 928,55		12,57%
Total receitas correntes	24 950 726,00		10 532 731,64		42,21%
Despesas correntes					
Despesas com o pessoal	9 771 470,00	8 697 158,62	4 310 698,00	4 386 460,62	44,12%
Aquisição de bens e serviços	9 651 420,80	6 123 386,17	2 791 449,30	3 331 936,87	28,92%
Juros e Encargos	761 500,00	532 011,82	105 507,21	426 504,61	13,86%
Transferências Correntes	2 301 812,00	1 433 669,84	816 208,52	617 461,32	35,46%
Outras	258 073,52	173 665,94	104 304,65	69 361,29	40,42%
Total despesas correntes	22 744 276,32	16 959 892,39	8 128 167,68	8 831 724,71	35,74%
Saldo corrente	2 206 449,68		2 404 563,96		
Receitas de capital					
Venda Bens de Investimento	1 111 821,00		49 441,03		4,45%
Estado-Particip.com. Proj. co-financiados	6 577 492,00		96 625,36		1,47%
Cooperação Técnica e Financeira	0,00		0,00		0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	754 893,00		377 442,00		50,00%
Empréstimos a médio e longo prazos	0,00		0,00		0,00%
Outras	28 500,00		147 068,84		516,03%
Total receitas capital	8 472 706,00		670 577,23		7,91%
Despesas capital					
Aquisição de bens de capital					
Investimentos	10 752 877,00	6 007 891,14	1 292 602,89	4 715 288,25	12,02%
Transferências de Capital	221 953,00	149 677,28	74 529,79	75 147,49	33,58%
Passivos financeiros	1 898 000,00	1 895 916,81	950 746,09	945 170,72	50,09%
Outras despesas de capital	915 053,18	155 253,67	77 567,20	77 686,47	8,48%
Total despesas capital	13 787 883,18	8 208 738,90	2 395 445,97	5 813 292,93	17,37%
Saldo capital	-5 315 177,18		-1 724 868,74		
Reposições não abatidas nos pagamentos	15 000,00		1 213,64		8,09%
Saldo da Gerência anterior	3 093 727,50		3 093 727,50		0,00%
Saldo execução orçamental	0,00		3 774 636,36		

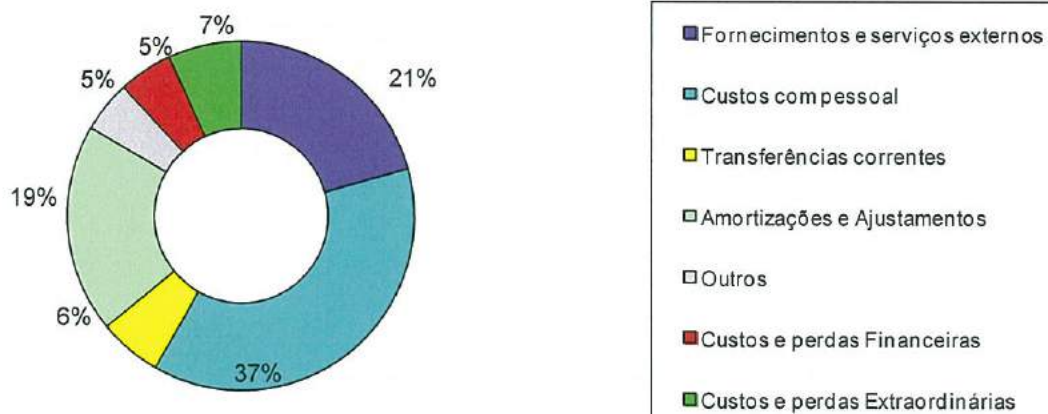
Execução orçamental
Junho 2017

	Previsão/Dotação Corrigida (1)	Compromissos só para o Exercício (2)	Cobrada Bruta /Paga Total (3)	Comp. Por Pagar (4)	Grau exec. [3/1]x100]
Receitas correntes					
Imposto municipal sobre imóveis	3 400 000,00		1 978 824,07		58,20%
Imposto único de circulação	900 000,00		459 128,00		51,01%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	715 000,00		403 953,00		56,50%
Derrama	249 000,00		51 673,97		20,75%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	6 775 251,00		3 377 622,00		49,85%
Fundo Social Municipal	773 316,00		386 658,00		50,00%
Participação fixa no IRS	1 368 443,00		684 216,00		50,00%
Rendas	5 310 000,00		590 131,56		11,11%
Loteamentos e Obras	255 000,00		123 402,50		48,39%
Outras transferências do Estado	3 504 391,00		794 216,40		22,66%
Vendas Bens e Serviços Correntes	5 921 000,00		992 244,56		16,76%
Outras receitas correntes	1 621 200,00		347 888,73		21,46%
Total receitas correntes	30 792 601,00		10 189 958,79		33,09%
Despesas correntes					
Despesas com o pessoal	11 891 270,00	9 474 169,93	4 526 683,28	4 947 486,65	38,07%
Aquisição de bens e serviços	8 940 748,52	6 117 233,48	2 912 028,37	3 205 205,11	32,57%
Juros e Encargos	608 500,00	491 622,24	75 569,06	416 053,18	12,42%
Transferências Correntes	1 817 000,00	916 972,59	697 344,45	219 628,14	38,38%
Outras	229 300,00	167 597,29	91 313,12	76 284,17	39,82%
Total despesas correntes	23 486 818,52	17 167 595,53	8 302 938,28	8 864 657,25	35,35%
Saldo corrente	7 305 782,48		1 887 020,51		
Receitas de capital					
Venda Bens de Investimento	55 000,00		123 066,84		223,76%
Estado-Particip.com. Proj. co-financiados	4 590 000,00		55 655,94		1,21%
Cooperação Técnica e Financeira	0,00		0,00		0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	750 583,00		375 288,00		50,00%
Empréstimos a médio e longo prazos	0,00		0,00		0,00%
Outras	175 000,00		210 949,82		120,54%
Total receitas capital	5 570 583,00		764 960,60		13,73%
Despesas capital					
Aquisição de bens de capital					
Investimentos	11 723 445,00	3 311 141,46	1 076 432,19	2 234 709,27	9,18%
Transferências de Capital	1 590 000,00	1 421 272,55	537 710,34	883 562,21	33,82%
Passivos financeiros	1 891 000,00	1 889 325,38	949 283,46	940 041,92	50,20%
Outras despesas de capital	975 326,00	191 253,99	95 575,83	95 678,16	9,80%
Total despesas capital	16 179 771,00	6 812 993,38	2 659 001,82	4 153 991,56	16,43%
Saldo capital	-10 609 188,00		-1 894 041,22		
Reposições não abatidas nos pagamentos	15 000,00		15 113,75		100,76%
Saldo da Gerência anterior	3 288 405,52		3 288 405,52		0,00%
Saldo execução orçamental	0,00		3 296 498,56		

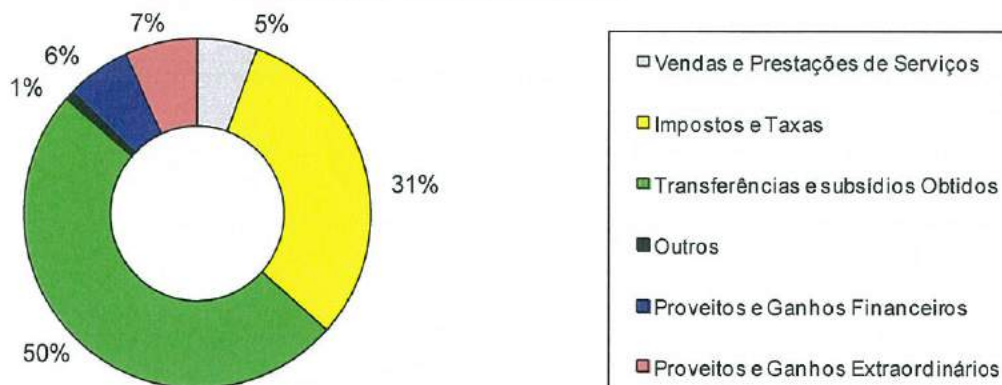
Custos em 30-06-2018



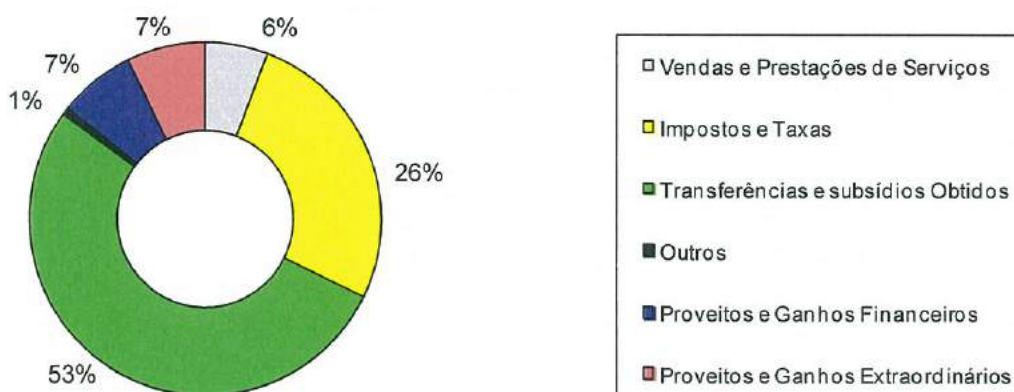
Custos em 30-06-2017



Proveitos em 30-06-2018



Proveitos em 30-06-2017



Indicadores	31-12-2017	30-06-2018
Financeiros		
1.1.Fundo de maneo	1 219 942,97 €	2 384 797,69 €
1.2.Liquidez geral	1,110	1,217
1.3.Capacidade de endividamento (a)	0,543	0,558
1.4.Solvabilidade	0,965	1,020
Económicos		
2.1.Rentab. activo total	1,27%	1,97%
2.2.Rentab. cap. Próprios	1,96%	3,73%
Funcionamento		
3.1.Prazo médio recebimentos	243,67	280,12
3.2.Prazo médio pagamentos (b)	159,60	161,57

Outros	30-06-2017	30-06-2018
4.1.VAB	6 025 853,43 €	6 594 772,01 €
4.2.Produtividade trabalho	13 420,61 €	14 336,46 €
4.3.Produtividade equipam.	8,86%	9,75%
4.4.Autofinanciamento bruto	1 741 722,09 €	3 477 827,56 €
4.5.Meios libertos totais	2 330 536,04 €	3 528 233,70 €

(a) - Os valores indicados são meramente indicativos, pois trata-se apenas de um rácio, e não do limite legal de endividamento do município.

(b) - Os valores indicados foram calculados de forma diferente da utilizada pela DGAL, pelo que não são comparáveis os valores obtidos pela mesma entidade.